

RUY FABIANO

PONTO DE VISTA

As armas de sempre

O presidente Fernando Henrique usou de todo o seu talento verbal e de suas reservas de persuasão para pacificar aliados e subalternos, no curso da semana. Foram cafés da manhã, almoços, lanches, cafezinhos e coisas do gênero.

Dessa intensa atividade político-gastronômica, o presidente saiu otimista. Acha que o pior já passou. Os temas que o preocupam no chamado curto prazo são o projeto Sivam, que será votado pelo Senado dia 7 de fevereiro, e o Fundo de Estabilização Financeira, cujo parecer será apresentado quarta-feira.

Em ambos os casos, acha que o resultado será favorável ao governo. O que houve de fato foi o atendimento — ou a promessa de atendimento — a pleitos da chamada base parlamentar. Em português claro, o governo colocou uma dose de fisiologismo na defesa de suas propostas no Congresso.

Com isso, conseguiu, de quebra, reduzir (não extinguir) as pressões por reforma ministerial. A síntese que lhe foi levada pelo deputado Inocêncio Oliveira (PE), líder do PFL, de que o presidente é bom, mas o ministério é péssimo, foi rechaçada. O presidente não fez, nem faz, a defesa de nenhum ministro em especial, mas repete que não pretende operar nenhuma reforma em sua equipe. Está satisfeito com ela, apesar dos pesares.

Quer manter a mesma escalação inicial, embora recomendando melhor tratamento aos pleitos dos parlamentares. Não há aí nenhuma confissão de culpa. Sem-

pre que o Executivo precisa dos serviços do Legislativo, altera o modo de tratamento aos parlamentares.

Sabe-se que, entre os desvios da política brasileira, está o de conferir aos parlamentares papel de despachante junto ao Poder Executivo. O papel do Legislativo resume-se (deveria pelo menos) no cumprimento de duas missões: legislar e fiscalizar o Estado. No Brasil, ao tempo da ditadura com os decretos-leis e agora com as medidas provisórias, o papel legiferante cabe primordialmente ao Executivo. O Congresso é apenas instância homologadora.

O papel fiscalizador é cíclico, quase acidental. Há cumplicidade entre os poderes quando se trata de delinquir. Sobre o fisiologismo, embutido no papel de despachante de interesses de terceiros. O maior cliente são os municípios e os governos estaduais, que transformam os parlamentares em *lobbistas* de suas respectivas regiões. O papel é, até certo ponto, legítimo, mas freqüentemente conspira contra os interesses da União.

Cada qual legisla para si e se esquece do conjunto da Federação. Foi assim, por exemplo, na Constituição de 88, quando receitas da União foram transferidas para estados e municípios, mantendo-se, no entanto, no âmbito do governo federal, as iniciativas que elas financiavam. Isso em áreas vitais como rodovias, educação e saúde, para citar apenas três.

Ao ceder ao fisiologismo, o presidente buscou o meio mais prático (e perigoso) de contornar resistências e apressar o processo de reformas.